



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE



REQUERIMENTO N.º
(DO DEPUTADO DELMASSO)

RQ 3718/2018

L I D O
Em 24.10.18

Secretaria Legislativa

Requer à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC o encaminhamento de pedido de informações ao Presidente da Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Requeiro, nos termos do art. 60, XVI e XXXIII, c/c art. 77 da Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 40 e art. 69-C, inciso I, alínea “p”, do Regimento Interno da CLDF, que sejam solicitadas ao Diretor-Geral do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans, Sr. MARCOS TADEU DE ANDRADE, as seguintes informações:

- Foram investidos R\$ 18,072 milhões em “manutenção dos sistemas de bilhetagem automática”, em 2017. A que bens e/ou serviços se referem especificamente esses gastos?
- Após as fraudes verificadas no Sistema de Bilhetagem Automática do transporte público do DF, no início deste ano, quais medidas foram tomadas pelo DFTrans, para evitar novas ocorrências?

Protocolo Legislativo

RQ Nº 3718/2018

Folha

Setor Protocolo Legislativo

RQ Nº 3718/2018

Folha Nº 01



JUSTIFICAÇÃO

Um dos grandes problemas enfrentados pelos moradores do Distrito Federal é a insatisfatória infraestrutura de transportes urbanos. As pessoas levam muito tempo aguardando para se deslocarem, embarcam em ônibus lotados, e trafegam por horas até o destino, por itinerários definidos sem o adequado planejamento, e, muitas vezes, em veículos que não oferecem o conforto adequado.

Segundo o anexo IV da Prestação de Contas Anuais do Governador (Relatório de Atividades – 2017, fls. 1427 e ss), para resolver esse problema, foram adotadas diversas medidas consonantes com Planejamento Estratégico do DFTrans, implantado em 2017, com vistas a garantir à população transporte eficiente e seguro, com conforto e menor tempo de espera, por meio da gestão do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC do DF).

No modelo de gestão adotado, segundo o referido documento, o enfoque é voltado ao usuário e o objetivo das ações é ampliar o acesso ao transporte público do Distrito Federal para que a Sociedade seja atendida satisfatoriamente, sempre tendo uma atenção particular com os idosos, pessoas com deficiências ou necessidades especiais e estudantes.

Além disso, identificou-se a importância da consolidação da integração física, operacional e tarifária da mobilidade do DF, consideradas cruciais para a promoção da melhoria da qualidade do transporte público, ampliação de seu acesso à população e redução do tempo de deslocamento médio das viagens de transporte público coletivo.

Um dos pilares para obtenção dos resultados almejados pela Administração para melhoria da mobilidade urbana é o funcionamento eficaz do Sistema de Bilhetagem Automática, que demandou, em 2017, mais de R\$ 18 milhões, apenas com manutenção do Sistema.

Apesar dos investimentos, o sistema ainda apresenta fragilidades, que já vêm sendo noticiadas em auditorias do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) e da Controladoria-Geral do DF (CGDF), desde 2011. Essas fragilidades



possibilitaram a atuação de esquema fraudulento, desbaratado em março deste ano, que foi responsável por desviar elevado montante de recursos públicos, podendo ter alcançado cifras da ordem de R\$ 1 bilhão.

Com os acontecimentos relatados, mostra-se de grande importância a atuação desta Casa no sentido de verificar especificamente onde foram aplicados os recursos destinados à manutenção do Sistema de Bilhetagem Automático, assim como as medidas adotadas pelo DFTrans para evitar novas fraudes.

Nesse sentido, nos termos da legislação vigente, cabe ao Poder Legislativo a função de fiscalizar os atos do Poder Executivo, incluindo os dos órgãos e entidades da administração indireta, conforme previsto o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), conforme a seguir:

“Art. 60. Compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal:

(...)

XVI - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

(...)”

Trata-se do Poder-dever de fiscalização legislativa, função constitucionalmente atribuída à Câmara Legislativa Distrital, conforme previsto no art. 77 da LODF, como segue:

“Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito



Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária”..

Esse Poder de fiscalizar a Administração, nos termos do art. 68, da LODF, pode ser exercido pelas Comissões Parlamentares, a quem compete: “fiscalizar os atos que envolvam gastos de órgãos e entidades da administração pública.”

Todavia, o Controle Externo Legislativo constitui-se em procedimento formal, cujos instrumentos para exercê-lo são estabelecidos na própria LODF, entre eles, o Requerimento de Informação, previsto no art. 60, XXXIII, da LODF, *in verbis*:

“Art. 60. Compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal:

(...)

XXXIII – encaminhar, por intermédio da Mesa Diretora, requerimento de informação aos Secretários de Estado do Distrito Federal, implicando crime de responsabilidade, nos termos da legislação pertinente, a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como o fornecimento de informação falsa;

(...)

No âmbito da CLDF, o referido instrumento tem o procedimento e as competências para a implementação previstos no art. 40 c/c art. 69-C, I, p, do Regimento Interno da CLDF (RICLDF), conforme segue:

“Art. 40. Compete, ainda, à Mesa Diretora decidir, no prazo de dez dias úteis, sobre os requerimentos de informação, sujeitos às normas seguintes:

I – só são admissíveis os requerimentos que:


a) refiram-se a ato ou fato sujeito à competência ou supervisão da autoridade requerida;

b) relacionem-se com matéria sujeita à deliberação, à fiscalização ou ao controle da Câmara Legislativa;

c) não contenham pedido de providências, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre os propósitos da autoridade a quem se dirigem;

II – se as informações já tiverem chegado à Câmara Legislativa, espontaneamente ou em resposta a requerimento anterior, o requerente delas receberá cópia, e seu requerimento será tido por prejudicado;

III – as informações recebidas, quando se destinarem a elucidar matéria relacionada a proposição em curso na Câmara Legislativa, serão incorporadas ao respectivo processo.

§ 1º Do indeferimento do requerimento de informação, cabe recurso ao Plenário, na forma e condições do art. 152. 



§ 2º Se as informações requeridas não forem prestadas em trinta dias ou se forem falsas, a Câmara Legislativa reunir-se-á, dentro de setenta e duas horas, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências do art. 60, inciso XXXIII da Lei Orgânica.”

“**Art. 69-C.** Compete à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, sem prejuízo das atribuições conferidas às demais comissões permanentes e temporárias e à Mesa Diretora: (Artigo acrescido pela Resolução nº 261, de 14/1/2013.)

I – exercer a fiscalização e o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, consoante disposto no art. 60, XVI e § 1º, e nos arts. 68, 77, 79 e 155, todos da Lei Orgânica, e arts. 225 e 226 do Regimento Interno, podendo, para esse fim:

(...)

p) decidir sobre Requerimento de Informação necessário à elucidação de ato objeto de fiscalização e controle, nos prazos e condições definidos no art. 40 do Regimento Interno, promovendo o registro e o controle de respostas;

(...)”

Assim, considerando a relevância do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal para o bem estar da população, sobretudo para aqueles de mais baixa renda, faz-se necessário o acompanhamento, por esta Casa Legislativa, das ações implementadas pelo DFTrans com vistas ao aperfeiçoamento do STPC, de modo a evitar novas fraudes ao sistema, motivo pelo qual se propõe o presente requerimento.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2018.

DEPUTADO DELMASSO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - CFGTC

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3758 / 2018
Folha Nº 05 mda

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3758 / 2018
Folha Nº 05 mda



CÂMARA
LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

Assunto: Distribuição do Requerimento nº 3.718/18.

Autoria: Deputado (a) Delmasso (PRB)

Ao **SPL** para indexações, em seguida ao Gabinete da Mesa Diretora para as providências de que trata o Art. 40, I do Regimento Interno, observado o prazo disposto no § 2º do mesmo artigo.

Em 24/10/18

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3718/2018
Folha Nº 06 mfb